

PROJETO DE LEI

DISPÕE SOBRE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE IDENTIFICAÇÃO, NOTIFICAÇÃO E REMOÇÃO DE VEÍCULOS EM SITUAÇÃO DE ABANDONO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Cuiabá-MT**: Faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá/MT aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica proibido abandonar ou manter em situação de abandono veículos, maquinários, carcaças, chassis ou partes de veículos em vias e logradouros públicos do Município de Cuiabá.

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se situação de abandono aquela que comprometa a limpeza urbana, a saúde pública, a segurança viária ou o uso regular do espaço público.

§ 2º Os bens em situação de abandono terão seus proprietários ou possuidores identificados e notificados para retirada voluntária no prazo definido em regulamento.

Art. 2º São indicativos de situação de abandono, entre outros:

I – permanência no mesmo local por período superior a 30 (trinta) dias, sem funcionamento aparente, com sinais de deterioração;

II – ausência ou impossibilidade de identificação veicular obrigatória;

III – evidente estado de decomposição da carroceria ou de partes essenciais;

IV – risco à saúde pública, à segurança viária ou obstrução de serviços públicos.

Art. 3º A remoção, guarda, restituição e eventual destinação final dos veículos abandonados observarão, no que couber, as normas do Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/1997) e regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

Parágrafo único. As despesas de remoção e guarda correrão por conta do proprietário ou possuidor, na forma da legislação aplicável.

Art. 4º As denúncias e solicitações relativas a veículos em situação de abandono deverão ser encaminhadas à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Pública, que adotará as providências cabíveis.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação..

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2026.

Às Comissões competentes



VEREADOR T. Coronel Dias – CIDADANIA

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei dispõe sobre medidas administrativas destinadas à identificação, notificação e remoção de veículos em situação de abandono em vias e logradouros públicos do Município de Cuiabá, com a finalidade de preservar a ordem urbana, a segurança viária, a saúde pública e o adequado uso do espaço coletivo.

A permanência prolongada de veículos abandonados em vias públicas constitui problema recorrente nas cidades brasileiras, gerando obstrução de calçadas e vias, proliferação de vetores transmissores de doenças, degradação paisagística urbana e riscos à segurança da circulação de pedestres e veículos. Assim, a atuação do Poder Público Municipal mostra-se necessária e legítima para assegurar o interesse coletivo.

Do ponto de vista constitucional, a proposta encontra fundamento no art. 30, incisos I e VIII, da Constituição Federal, que atribui aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local e promover o adequado ordenamento territorial mediante controle do uso do solo urbano. Além disso, o art. 23, inciso II e VI, estabelece competência comum dos entes federados para cuidar da saúde pública e da proteção ao meio ambiente urbano.

Ressalte-se que a presente proposição não invade a competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte, prevista no art. 22, inciso XI, da Constituição Federal, uma vez que remete expressamente à observância das normas do Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/1997) quanto aos procedimentos de remoção, guarda, restituição e destinação dos veículos.

Dessa forma, o Projeto não cria infrações de trânsito nem penalidades autônomas, mas estabelece procedimentos administrativos complementares de ordenamento urbano, fiscalização e proteção à saúde coletiva, matéria plenamente inserida na **esfera de atuação municipal**.

A medida também se alinha aos princípios da eficiência administrativa, supremacia do interesse público, proporcionalidade e razoabilidade, assegurando notificação prévia ao proprietário e respeito ao devido processo administrativo antes da remoção do bem.

Cidades com Leis de Veículos Abandonados:

- São Paulo (SP):** A Lei 13.478/02 e regulamentações específicas permitem a remoção de veículos com sinais de abandono por mais de cinco dias consecutivos. As ações são frequentes e a denúncia é feita pelo canal SP156.
- Belo Horizonte (MG):** Lei Ordinária 10.413/2012 dispõe sobre a remoção de veículos ou carcaças abandonadas em via pública, com solicitação via 156.
- Campinas (SP):** Utiliza a Lei Municipal nº 14.530/2012 para garantir que as ruas fiquem livres de obstruções.
- Porto Alegre (RS):** Aprovou legislação para agilizar a remoção de veículos abandonados e sua venda como bem inservível.
- Curitiba (PR):** Possui legislação que regula a remoção de veículos abandonados, com atualizações recentes (2024) para regras mais rígidas.
- Criciúma (SC):** Lei Ordinária nº 7.955/2021.
- Querência (MT):** Lei Municipal Nº 1.454/2022.
- Sorriso (MT):** A GM realiza remoção conforme a legislação municipal e a Resolução 985/2022 do Contran.
- Nova Mutum (MT):** Possui procedimentos para remoção e leilão de veículos abandonados.
- Vitória (ES):** Regulamentou através do Decreto 1653/2025 a lei municipal sobre recolhimento de veículos e carcaças.



- Capinzal (SC):** Lei Ordinária nº 3221/2016.
- Ipatinga (MG):** Lei 2796, que dispõe sobre a remoção de veículos abandonados.
- Capão da Canoa (RS):** Possui serviço estruturado de remoção de veículos abandonados.
- Novo Hamburgo (RS):** Possui projeto aprovado que atualiza a lei de remoção.

Assim, sob os aspectos legal, constitucional e técnico-legislativo, a proposição revela-se juridicamente viável, oportuna e necessária ao interesse público municipal.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, Sala das Sessões em, 10 de fevereiro de 2026

T. Coronel Dias - CIDADANIA

Vereador(a)

